

## **CENTRO DE ESTUDOS 29.10.2019 – ASSUNTOS DESTAQUES PARA INFORMAÇÃO E LEITURA**

### **IR/Pessoa Física - Receita envia comunicado a contribuintes para regularização da DIRPF 2019**

Desde o início da segunda quinzena de outubro, a Receita Federal passou a encaminhar cartas a cerca de 330 mil contribuintes em todo o país, cujas declarações relativas ao exercício 2019, ano-calendário 2018, apresentam indícios de inconsistências que podem resultar em autuações futuras.

Trata-se de ação destinada a estimular os contribuintes a verificarem o processamento de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e a providenciarem correção, caso constatem erro nas informações declaradas ao Fisco.

As comunicações referem-se a casos em que as informações constantes nos sistemas da Receita Federal apresentam indícios de divergências que podem ser sanadas com a retificação da DIRPF anteriormente apresentada.

**Não é necessário, portanto, comparecer à Receita Federal.**

Para saber a situação da DIRPF apresentada, basta consultar as informações disponíveis no sítio da Receita Federal (<https://receita.economia.gov.br/>), acessando o serviço “Extrato da DIRPF”, utilizando código de acesso ou certificado digital. A declaração retida em malha fiscal apresenta sempre mensagem de “pendência”. Junto com a pendência, são fornecidas orientações de como proceder em caso de erro na declaração apresentada.

A Receita Federal adverte que, caso o contribuinte não aproveite a oportunidade de se autorregularizar, poderá ser intimado formalmente para comprovação das divergências.

Após receber intimação, não será mais possível fazer qualquer correção na declaração e qualquer exigência de imposto pelo Fisco será acrescida de multa de ofício de, no mínimo, 75% do imposto que não foi pago pelo contribuinte, ou que foi pago em valor menor do que o devido.

Fonte: RFB.

### **Operação Fonte Não Pagadora: Receita Federal visa a autorregulamentação de contribuintes que declararam retenção de imposto de renda sem o devido recolhimento**

**De acordo com a Receita Federal, o contribuinte que fez desconto de *imposto de renda* e não repassou aos cofres do fisco, poderá regularizar o débito até dia 30/11 sem correr o risco de ser autuado.**

A multa por reter e não recolher o imposto varia entre **75% e 225%**, sem contar que de acordo com a legislação, **os sócios da empresa podem responder por crime contra a ordem tributária por apropriação indébita.**

Para a Receita Federal, mais de 20 mil empresas terão a oportunidade de se regularizarem sem as penalidades de uma fiscalização.

## **Parcelamento**

Quanto à regularização do débito através de parcelamento, a menos que a Receita Federal autorize um parcelamento especial, **a legislação não permite parcelar tributos sujeitos a retenção na fonte.**

**Instrução Normativa nº 1.891 de 2019 (art. 15).**

A **Instrução Normativa nº 1.891 de 2019**, dispõe sobre o parcelamento de débitos perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil de que tratam os arts. 10 a 13 e 14 a 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

### **Do Parcelamento Ordinário**

Art. 15. Não será concedido parcelamento ordinário para pagamento de débitos relativos a:

**I – tributos sujeitos a retenção na fonte, descontado de terceiros ou objeto de sub-rogação;**

Fonte: PORTAL CONTÁBEIS/SIGA O FISCO

### **SIMPLES NACIONAL – Exclusão – Compensação de Ofício - Possibilidade**

Através da **Solução de Consulta Cosit nº 288**, de 18 de outubro de 2019, a Receita Federal externou que os pagamentos efetuados em DAS por pessoas jurídicas excluídas do Simples Nacional no período abrangido pela exclusão não se consideram efetuados "no âmbito do Simples Nacional" e, portanto, são passíveis de compensação efetuada por ela com os demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observadas as vedações da legislação específica.

A utilização de créditos apurados no "âmbito do Simples Nacional" para extinção de outros débitos perante as Fazendas Públicas é possível por meio de compensação de ofício pela administração tributária em decorrência de deferimento de pedido de restituição ou por iniciativa própria quando a compensação se der após sua exclusão do referido regime.

É facultada à pessoa jurídica excluída do Simples Nacional a realização de pedido de restituição por pagamento indevido ou a maior, no âmbito do Simples Nacional, por meio do aplicativo "Pedido Eletrônico de Restituição" disponibilizado no Portal do Simples Nacional.

Fonte: *LegisWeb*

### **ADI 04/2019 - Livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal**

Através do **Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 4, de 09 de outubro de 2019**, a **RFB** declara a interpretação a ser dada ao parágrafo único do art. 195 do Código Tributário Nacional, e revoga o **Parecer Normativo CST nº 21, de 30 de maio de 1980**.

Segundo o ADI 04/2019:

Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes de lançamentos neles efetuados podem ser armazenados em meio eletrônico, óptico ou equivalente para fins do disposto no parágrafo único do art. 195 da **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966** - Código Tributário Nacional (CTN).

O documento digital e sua reprodução terão o mesmo valor probatório do documento original para fins de prova perante a autoridade administrativa em procedimentos de fiscalização, observados os critérios de integridade e autenticidade estabelecidos pelo art. 2º-A da **Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012**, e pelo art. 1º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Os documentos originais poderão ser destruídos depois de digitalizados, ressalvados os documentos de valor histórico, cuja preservação é sujeita a legislação específica.

Os documentos armazenados em meio eletrônico, óptico ou equivalente poderão ser eliminados depois de transcorrido o prazo de prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que eles se referem.

Fonte: **Receita Federal**

### **Relatório de Situação Fiscal – Consulta – Simplificação**

A Receita Federal do Brasil informa que **a partir de 17/10/2019**, promoveu ajustes visando aperfeiçoar e simplificar as informações constantes do relatório de situação fiscal disponibilizado ao contribuinte.

As principais mudanças são:

- Com apenas um “clique” um único relatório mostrará as pendências da **RFB** e da **PGFN**, tanto fazendárias quanto previdenciárias. Com isso, a emissão do relatório complementar, que continha as pendências previdenciárias, não será mais necessária;
- O contribuinte poderá obter no **e-CAC**, acessado pelo sítio da **RFB** na Internet, relatório idêntico ao emitido nas unidades da **RFB**;
- Os títulos dos quadros do relatório foram reformulados com o objetivo de trazer padronização e clareza aos usuários; e
- As pendências serão mostradas tanto na consulta pelo **e-CAC** quanto pelo mobile.

Para mais informações sobre a pesquisa de situação fiscal pelo contribuinte, consulte o link: <http://receita.economia.gov.br/interface/lista-de-servicos/certidoes-e-situacao-fiscal/certidao-de-regularidade/consultar-pendencias-emitir-relatorio/servico>

Fonte: **BLOG GUIA TRIBUTÁRIO/SITE RFB**

### **ICMS/SP - Operação Pseudo Pluma apura fraude na indústria têxtil**

A Secretaria da Fazenda e Planejamento deu início na quinta-feira (17) à **Operação Pseudo Pluma**, com a finalidade de desarticular esquema de sonegação baseado na criação de empresas "fantasmas" e na transferência de créditos espúrios de ICMS para indústrias têxteis instaladas no Estado de São Paulo. O objetivo principal é recuperar mais de R\$ 22 milhões do imposto que deixou de ser recolhido aos cofres paulistas desde 2016.

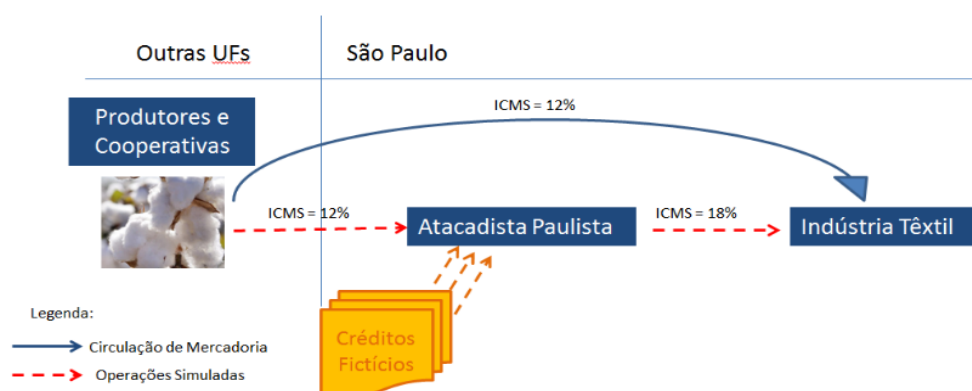
A ação acontece simultaneamente em três Delegacias Regionais Tributárias (DRTs) do Estado de São Paulo e tem como alvos cinco contribuintes do município de São Paulo e dois de Tupi Paulista. Os 15 agentes fiscais que participam da operação terão o apoio da Divisão de Crimes Contra a Fazenda do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania da Polícia Civil no cumprimento de um mandado de busca e apreensão em contribuinte da Capital.

O trabalho de monitoramento desenvolvido pela Supervisão da Setorial Têxtil, em conjunto com a área de Inteligência da Diretoria de Fiscalização, detectou que algumas grandes indústrias estariam comprando algodão de atacadistas paulistas, em vez de adquirirem o insumo diretamente dos produtores ou cooperativas dos Estados produtores, na região Centro-Oeste. A suspeita é de que essa sistemática teria sido arquitetada de forma fraudulenta, com a interposição de atacadistas simulados.

Esta configuração tem uma vantagem tributária: nas operações interestaduais (comprando dos Estados produtores), a indústria têxtil aproveita crédito de ICMS de 12%, correspondente à alíquota interestadual. No entanto, nas operações internas (comprando do atacadista paulista) o crédito do ICMS é de 18%, correspondente à alíquota interna da mercadoria.

Ao simular esse trânsito da mercadoria (produtores ⇒ atacadistas paulistas ⇒ indústria têxtil), as indústrias recebem o algodão com crédito de 18% e o saldo devedor de ICMS (a diferença de 6% das alíquotas) fica com os atacadistas simulados, que muitas vezes se utilizam de um segundo nível de empresas fictícias para transferir créditos e abater do saldo devedor, sem recolhimento nenhum ao Estado de São Paulo. (Veja o esquema representado na figura abaixo)

Além de buscar a recuperação de mais de R\$ 22 milhões em impostos sonegados, a operação Pseudo Pluma irá identificar as indústrias que se beneficiaram do esquema fraudulento, bem como as pessoas físicas que concorreram para a fraude.



Fonte: SEFAZ SP

## **ESOCIAL VAI SUBSTITUIR O CAGED E A RAIS**

A partir de **2020**, as empresas que usam o **eSocial** não precisarão mais transmitir o **CAGED** e a **RAIS** ao Ministério da Economia, que passará a usar uma única base de dados para as estatísticas do trabalho.

As mudanças estão na **Portaria nº 1.127, de 14 de outubro de 2019**, assinada pelo secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, e publicada no Diário Oficial da União da terça-feira (15). Cerca de 4,2 milhões de empresas serão beneficiadas.

A substituição do **Caged** ocorrerá para as **admissões e desligamentos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2020**, enquanto a **troca da Rais pelo eSocial a partir do ano-base 2019** (declaração feita em 2020). Com isso, o governo reduz as obrigações das empresas e também o número de inconsistências que acabavam ocorrendo em função da existência de três bases de dados diferentes tratando do mesmo assunto.

## Mudança gradual

Ficarão de fora da mudança, por enquanto, órgãos públicos e entidades internacionais, que ainda não estão obrigados a usar o **eSocial**. No caso da **Rais**, além dos órgãos públicos e entidades internacionais, estão excluídos da portaria os empregadores enquadrados no **grupo 3** do cronograma de implantação do eSocial.

Para estes grupos, as alterações serão graduais, na medida em que os empregadores forem obrigados a adotar o eSocial.

**A expectativa é de que em 2021 ninguém mais precise preencher o Caged e, em 2022, a Rais.**

Fonte: *Ministério da Economia*

## Governo divulga cronograma de implantação da Lei de Liberdade Econômica

O secretário especial da Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Uebel, disse aos deputados da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados que, **em no máximo três meses**, serão publicadas as normas que regulamentarão a Lei da Liberdade Econômica, votada em agosto na Câmara.

Segundo o secretário, uma das principais mudanças, o fim dos alvarás e licenças para atividades de baixo risco, **já foi regulamentada** por resolução da secretaria, indicando 287 atividades que não precisarão dessas autorizações para funcionar. Se o município não fizer uma regulamentação própria, valerá a resolução federal.

### LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA



#### PRAZOS PARA REGULAMENTAÇÃO

■ Definição de atividade de baixo risco para o governo:	90 dias
■ Isonomia em decisões administrativas:	60 dias
■ Particular pedir revisão de norma em desacordo com evolução tecnológica:	30 dias
■ Aprovação tácita quando a administração não oferecer parecer no prazo previsto:	90 dias
■ Digitalização de documentos e descarte de originais:	40 dias
■ Análise do impacto regulatório (custo/benefício) de norma nova:	40 dias
■ Comitê de súmulas para tornar claras decisões da Fazenda Nacional e do Carf:	60 dias

#### O QUE JÁ FOI REGULAMENTADO

- Definição de atividades de baixo risco para dispensa de alvarás e licenças
- Extinção da taxa do Cadastro Nacional de Empresas
- Isenção de custos para extinção de empresas
- Declaração de autenticidade de documentos por advogados e contadores

Fonte: Ministério da Economia

## **Decreto presidencial regulamenta trabalho temporário no Brasil**

O **Decreto 10.060/2019**, que regulamenta o trabalho temporário no país, foi publicado na terça-feira (15) no Diário Oficial da União. Isso significa que a partir de agora, todo o processo de contratação temporária ganha em segurança jurídica. Bom para os empresários, que agora vão atuar sob conceitos claros e objetivos. Melhor ainda para os trabalhadores: a nova regulamentação da **Lei 6.019, de 03 de janeiro de 1974**, cria um ambiente favorável para mais contratações temporárias no país.

O decreto detalha aspectos da **Lei nº 6.019/1974**, que não especificava o que poderia ser considerada empresa de trabalho temporário e colocação de trabalhador temporário; quem poderia contratar este tipo de serviço; e o que caracterizava o trabalhador temporário. Ou seja, cria conceitos claros e objetivos para a contratação de temporários, agora em um ambiente de segurança jurídica para empregadores e empregados.

Outra novidade é que, em caso de falência, a empresa tomadora do serviço ou cliente atendido por um profissional em contrato temporário responderá solidariamente pelas obrigações trabalhistas relativas ao período de contratação do trabalhador. As situações envolvendo litígio entre as partes deverão ser mediadas pela Justiça do Trabalho.

Fonte: **Ministério da Economia**

## **Conectividade Social - ICP**

As empresas não enquadradas como **MEI** (Microempreendedor Individual) tiveram os certificados eletrônicos AR (chave. pri) revogados.

Para prestação de informações ao **FGTS e à Previdência Social**, as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP deverão utilizar o certificado digital padrão ICP Brasil, que pode ser solicitado a qualquer Autoridade Certificadora credenciada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, e acesso ao canal Conectividade Social ICP, disponível no endereço <https://www.conectividade.caixa.gov.br>.

A mudança atende ao disposto na Ação Civil Pública 50034739520174047102, e **Resolução CGSN nº 140, de 22 de Maio de 2018**, que versa sobre obrigatoriedade das empresas enquadradas como Micro Empresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

As empresas que tiverem seu certificado eletrônico revogado, ao tentar acessar o canal Conectividade Social AR/Conexão Segura, será exibida a mensagem “User is not authorized”, impedindo o prosseguimento da ação.

Fonte: **CAIXA**

## **Central de Balanços entra em vigor**

Na segunda-feira (14), como determinado pela **MP 892**, publicações obrigatórias de empresas de capital aberto e fechado, previstas na Lei das S.A (Sociedades Anônimas), como balanços, passaram a ser divulgadas via internet, pela Central de Balanços e, não mais pelos jornais de grande circulação. A data de início foi fixada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), juntamente com o Ministério da Economia.

A Central de Balanços reúne as demonstrações contábeis e documentos publicados pelos participantes em um só local, provendo acesso fácil, gratuito e público aos documentos e garantindo sua autenticidade. A portaria do Ministério da Economia nº



529 de 26 de setembro de 2019, estabelece que as publicações dos atos devam ser feitas na CB do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), por meio de certificação digital (ICPBrasil).

Qualquer empresa ou instituição pode participar da Central de Balanços. Para as companhias fechadas, a publicação de seus atos e a divulgação das informações ordenadas pela **Lei nº 6.404/76** são obrigatórias na Central de Balanços. As companhias abertas também devem disponibilizar essas publicações em sua página na rede mundial de computadores.

Fonte: **Fenacon**

### **Isenção para compras nos freeshops passa a ser de US\$ 1.000**

O limite de isenção para compras nos freeshops em viagens aéreas ou marítimas, que atualmente é de US\$ 500, passará a ser de **US\$ 1.000 a partir de 1º de janeiro de 2020**.

O valor foi atualizado pela **Portaria nº 559, de 14 de outubro de 2019**, assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e publicada no Diário Oficial da União da terça-feira (15/10).

Fonte: **RFB**

### **Imigrantes se cadastrarão como MEI com regras simplificadas**

Imigrantes que trabalham como autônomos podem registrar-se, **desde o dia 15/10**, como Microempreendedor Individual (**MEI**) de forma simplificada. A Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia reduziu as exigências para o cadastro de estrangeiros.

Antes, o imigrante precisava seguir as mesmas regras do brasileiro. Com a simplificação, o estrangeiro que quiser se formalizar como MEI precisa apenas informar o país de origem e o número de um dos seguintes documentos: carteira nacional de registro migratório, documento provisório de registro nacional migratório ou protocolo de solicitação de refúgio.

Pelas regras anteriores, o imigrante precisava apresentar o número do recibo da última Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física ou o título de eleitor. Caso não tivesse título de eleitor, o estrangeiro não poderia emitir a declaração de renda por ter entrado no país no mesmo ano em que recebeu o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Na prática, as normas anteriores adiavam a formalização do estrangeiro como microempreendedor para o ano seguinte à chegada ao Brasil. Segundo o Ministério da Economia, atualmente existem no país 46.591 estrangeiros de 169 nacionalidades inscritos como MEI.

Fonte: **Agência Brasil**

### **Governo simplifica participação de empresas estrangeiras em licitações públicas**

Fim da exigência de CNPJ e de ter representante em território brasileiro são algumas das inovações.

O governo federal tem trabalhado para aumentar a concorrência e melhorar a qualidade das licitações do país. A partir dessa segunda-feira (28/10), as empresas

estrangeiras terão mais facilidades para participar das disputas, com a entrada em vigor do **Decreto 10.024 de 2019**, que rege a realização do Pregão Eletrônico.

Atualmente as empresas estrangeiras já podem participar de licitações no Brasil, mas há alguns procedimentos que dificultam. Criar condições equilibradas de concorrência poderá trazer produtos e serviços com mais tecnologia e economia para a administração pública.

O decreto permite que empresas localizadas fora do país participem de licitações mediante apresentação de documentos com tradução livre. A tradução juramentada só será exigida no momento da assinatura do contrato, caso a empresa vença licitação.

Além disso, o fim da exigência de CNPJ e da obrigatoriedade de ter representação no Brasil, o acesso ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (**Sicaf**) e a versão em inglês do **Comprasnet** deverão ampliar a participação de empresas estrangeiras nas licitações.

### **Simplificação**

O Sicaf será alterado para que as empresas estrangeiras que não possuem CNPJ possam se cadastrar e contar com as facilidades que os fornecedores nacionais já dispõem: ambiente 100% digital e informações válidas por um ano, sem necessidade de reapresentação de documentos a cada licitação dentro desse prazo.

**Fonte: Ministério da Economia**

### **MP 899/2019 – Contribuinte Legal**

Foi publicada no DOU de quinta-feira (17.10.2019) a **Medida Provisória nº 899/2019**, que traz requisitos e condições para que a União e os devedores possam realizar transações vinculadas:

- a) aos créditos tributários não judicializados sob a administração da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB);
- b) à dívida ativa e aos tributos da União, cuja inscrição, cobrança ou representação seja da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN); e
- c) à dívida ativa das autarquias e das fundações públicas federais, cuja inscrição, cobrança e representação seja da Procuradoria-Geral Federal (PGF) e aos créditos cuja cobrança seja da Procuradoria-Geral da União (PGU).

As modalidades de transações são:

- a) a proposta individual ou por adesão na cobrança da dívida ativa;
- b) a adesão nos demais casos de contencioso judicial ou administrativo tributário; e
- c) a adesão no contencioso administrativo tributário de baixo valor.

A transação poderá ser feita pela PGFN, de forma individual ou por adesão, ou por iniciativa do devedor, ou pela PGF e pela PGU, com concessão de descontos em créditos inscritos em dívida ativa da União, prazos e as formas de pagamento, alienação de garantias, entre outros, podendo ser cumulativo.

Não será permitida a transação da redução do valor do principal, multa de lançamento de ofício e de natureza penal, créditos do Simples Nacional e do FGTS, entre outros.

Para a proposta são apresentados os seguintes limites da transação:

- a) quitação em até 84 meses, contados da data da formalização da transação; e
- b) redução de até 50% do valor total dos créditos a serem transacionados.



Para pessoa natural, microempresa ou empresa de pequeno porte, o prazo será de até 100 meses e a redução será de até 70%.

A proposta de transação não suspende a exigibilidade dos créditos abrangidos nem o andamento das execuções fiscais.

Atos do Procurador-Geral da Fazenda Nacional disciplinará a transação na cobrança da dívida ativa; e, do Ministro de Estado da Economia regulamentará a transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica.

Fonte: Econet Editora

### **TROCA DE MENSAGENS POR WHATSAPP É RECONHECIDA COMO PROVA DE PAGAMENTO**

A 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do **Tribunal de Justiça de São Paulo** reconheceu a troca de mensagens pelo aplicativo Whatsapp como prova de **pagamento em espécie** em negociação de venda e compra de estabelecimento comercial.

A decisão foi tomada depois que os donos de um posto de combustíveis, localizado em Mogi Guaçu/SP, alegaram que não recebeu o dinheiro da compra do estabelecimento.

Contudo, os compradores apresentaram as mensagens do WhatsApp em que combinaram valores, além de datas e locais para o pagamento das prestações.

Além disso, o depoimento de testemunhas confirmou que o dono do imóvel foi para o local combinado para o recebimento dos valores.

O local combinado para pagamento era no próprio posto de combustíveis e funcionários recebiam ordens dos proprietários para que conferissem o valor pago dentro dos envelopes.

Os donos do imóvel negaram os depoimentos e alegaram adulteração nas mensagens de Whatsapp apresentada pelos compradores. Afirmaram que os réus deveriam ter exigido recibo de quitação.

Para o desembargador, relator Azuma Nishi, a prova do pagamento de valores em espécie é o recibo de quitação, contudo, nada impede que o devedor comprove o pagamento por outros meios idôneos.

Dessa forma, o relator entendeu que as comprovações diversas do recibo de quitação, isoladamente consideradas, representam somente indícios de prova, porém, dentro do conjunto probatório total, comprovam com segurança, que o pagamento foi efetivamente realizado, como alegado pelos compradores.

Ainda, como os vendedores cobraram valores já quitados pelos compradores, ou seja, cobraram dívida inexistente, foram condenados a ressarcir a quantia em dobro aos Requeridos, como prevê o **artigo 940 do Código Civil Brasileiro**.

**Processo: 1056057-90.2015.8.26.0100**

Fonte: PORTAL CONTÁBEIS/TJ/SP

## **LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

A lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) foi sancionada por Michel Temer em 2018 e entrará em vigor em **agosto de 2020**.

Inspirada na General Data Protection Regulation (**GDPR**), da União Europeia, a LGPD estabelece definições a respeito de dados pessoais, dados pessoais sensíveis, controle, processamento, consentimento, anonimização, entre outras. Conheça algumas delas abaixo:

**Dados pessoais:** é toda e qualquer informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável. Entre os exemplos de dados pessoais podemos citar o nome, RG, CPF, e-mail, telefone fixo e celular, endereço residencial, etc. Não são considerados dados pessoais aqueles relativos a uma pessoa jurídica, como CNPJ, razão social, endereço comercial, entre outros.

**Dados pessoais sensíveis:** é todo dado pessoal que pode gerar qualquer tipo de discriminação, tais como os dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

**Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais.

**Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

**Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

**Processador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

**Encarregado:** é o indicado pelo controlador, denominado data protection officer (DPO) na GDPR, que faz a comunicação entre os titulares que terão seus dados processados e o controlador.

**Consentimento:** manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

**Anonimização:** processos e técnicas por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

**Dado anonimizado:** dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento. O dado anonimizado não é considerado dado pessoal para fins de aplicação da LGPD.

**Pseudoanonimização:** processos e técnicas por meio dos quais um dado tem sua possibilidade de associação dificultada. O dado pseudoanonimizado é considerado dado pessoal para fins de aplicação da LGPD, tendo em vista a possibilidade de associação desse dado a uma pessoa natural.

### Qual é a amplitude da lei?

De acordo com o Art. 3º, a LGPD aplica-se:

(1) a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

(2) a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; (3) ou os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional. Serão considerados coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

**Não se aplicam** ao tratamento de dados pessoais, segundo a lei, os dados para fins particulares e não econômicos; realizados para fins jornalísticos, artísticos e acadêmicos; realizados para fins de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei.

**Mesmo que a sua empresa não faça coleta de dados pessoais ela também precisa se adequar, pois a lei também fala do tratamento dos dados, pessoais ou não. Após o tratamento de dados, dentro do que a legislação conceitua, a empresa fica obrigada a realizar a eliminação dos dados.**

### Como as empresas devem se preparar para a LGPD?

O primeiro passo é entender como a sua empresa está enquadrada e como está realizando o tratamento de dados. Neste caso, são necessários dois perfis de profissionais: um responsável por tecnologia e outro responsável pela parte jurídica e que domina a nova lei.

O segundo passo é a parte prática: permitir uma soberania do titular dos dados. Ou seja, deve permitir que o titular ou usuário de qualquer serviço, online ou offline, tenha o controle sobre os seus dados coletados.

Basicamente, devem fornecer mecanismos para o titular entender como sua empresa utilizará os dados. A partir de agora os termos de uso ganham maior relevância e precisam estar mais claros, com punições explícitas contra eventuais descumprimentos destes termos.

A soberania também dá novos direitos ao usuário, que anteriormente não estavam tão claros, como a possibilidade dele solicitar a alteração dos dados que ele tenha fornecido. Além disso, o usuário tem o direito de realizar a revogação dos dados, que é a solicitação de que a empresa não possa mais fazer uso destas informações e também a exclusão, que é o direito que ele tem de solicitar que estes dados não sejam mais armazenados ou tratados pela sua empresa.

### **Como os dados pessoais deverão ser coletados e tratados?**

Para começar, organizações públicas e privadas só poderão coletar dados pessoais se tiverem consentimento do titular. A solicitação deverá ser feita de maneira clara para que o cidadão saiba exatamente o que vai ser coletado, para quais fins e se haverá compartilhamento. Quando houver envolvimento de menores de idade, os dados somente poderão ser tratados com o consentimento dos pais ou responsáveis legais.

Se houver mudança de finalidade ou repasse de dados a terceiros, um novo consentimento deverá ser solicitado. O usuário poderá, sempre que desejar, revogar a sua autorização, bem como pedir acesso, exclusão, portabilidade, complementação ou correção dos dados. Caso o uso das informações leve a uma decisão automatizada indesejada — recusa de financiamento por um sistema bancário, por exemplo —, o usuário poderá pedir uma revisão humana do procedimento.

### **O que acontece em caso de vazamento de dados?**

Já houve casos de vazamentos de dados no Brasil em que as autoridades ou vítimas só ficaram sabendo semanas ou meses depois do incidente. **Não poderá mais ser assim.** Vazamentos ou problemas de segurança que comprometem dados pessoais deverão ser relatados às autoridades competentes em tempo hábil.

Após análise da situação, as autoridades indicarão os próximos passos, como determinar que o problema seja divulgado à imprensa.

### **Qual a punição para descumprimento da lei?**

Vai depender da gravidade da situação. Se comprovada a infração, a empresa ou organização responsável poderá receber desde advertências até uma **multa**

**equivalente a 2% do seu faturamento, mas limitada ao valor máximo de R\$ 50 milhões.**

A empresa ou organização também poderá ter as atividades ligadas ao tratamento de dados total ou parcialmente suspensas, além de responder judicialmente a outras violações previstas em lei, quando for o caso.

### **Vale só para empresas brasileiras ou estrangeiras também?**

A origem da empresa ou organização não é fator de exceção. A proposta vale para operações de tratamento de dados realizados no Brasil ou em outro país, desde que a coleta de dados seja feita em território brasileiro. Isso significa que, se o Google coletar dados de um usuário por aqui, mas processá-los nos Estados Unidos, por exemplo, terá que seguir a legislação brasileira.

Se necessário, a empresa poderá transferir os dados para uma filial ou sede estrangeira, com a condição de que o país de destino também tenha leis abrangentes de proteção de dados ou possa garantir mecanismos de tratamento equivalentes aos que são exigidos no Brasil.

Caso os dados não sejam mais necessários — quando uma conta ou serviço tiver sido finalizado, por exemplo —, a organização terá que apagá-los, exceto se houver obrigação legal ou outra razão justificável para a sua preservação.

### **Quem vai fiscalizar?**

O projeto prevê a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia ligada ao Ministério da Justiça que deverá fiscalizar e garantir a aplicação da lei. Também está prevista a criação do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, que será formado por 23 representantes do poder público e da sociedade civil. Caberá ao grupo realizar estudos, debates e companhias referentes ao assunto.

Tanto a iniciativa privada quanto os órgãos públicos poderão ter que indicar um responsável pelo tratamento dos dados dentro da organização. Eventuais solicitações ou comunicações referentes a dados pessoais serão tratados prioritariamente com essa pessoa.